

**ATA DA 15ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP**

**Data:** 02 de dezembro de 2011, sexta-feira.

**Duração:** das 15h20 às 19h

<p><b>Pauta</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 – Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização</li> <li>2 – Apoio do CFP à expedição de Direitos Humanos nas Aldeias Guarani-Kaiowá</li> <li>3 – Reunião com Conselho Nacional de Justiça</li> <li>4 – CREPOP</li> <li>5 – Informe sobre a quantidade de inscritos no concurso de provas e títulos para concessão do título de Especialista em Psicologia do Trânsito</li> <li>6 - Projeto Memória da Psicologia Brasileira</li> <li>7 – Resolução CNS 196/96</li> </ol>	<p><b>Participantes</b></p> <p><b>DIRETORIA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Clara Goldman – Vice-Presidenta</li> <li>2. Monalisa Barros – Tesoureira</li> <li>3. Deise Nascimento – Secretária</li> </ol> <p><b>CONSELHEIROS (AS):</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>4. Aluizio Lopes de Brito</li> <li>5. Ângela Maria Caniato</li> <li>6. Adriana Eiko</li> <li>7. Cynthia Ciarallo</li> <li>8. Flávia Cristina Lemos</li> <li>9. Henrique Rodrigues</li> <li>10. Márcia Mansur</li> <li>11. Marilda Castelar</li> <li>12. Roseli Goffman</li> </ol> <p><b>AUSENTES:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>13. Humberto Cota Verona</li> <li>14. Heloíza H. Mendonça A. Massanaro</li> <li>15. Marilene Proença R. de Souza</li> <li>16. Ana Luiza Castro</li> <li>17. Ana Paula Porto Noronha</li> <li>18. Maria Ermínia Ciliberti</li> <li>19. Tânia Suely A. Brasileiro</li> <li>20. Celso Francisco Tondin</li> <li>21. Mariana Cunha Mendes Torres</li> <li>22. Sandra Maria F. Amorim</li> </ol>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A conselheira vice-presidenta Clara Goldman abriu a 15ª reunião plenária às 15h20, apresentando a justificativa das ausências. Conselheira Clara apresentou a pauta e foi definida a ordem de discussão.

**1- CREDENCIAMENTO E REcredENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO.** O conselheiro Aluizio Brito iniciou a apresentação dos processos de solicitação de credenciamento e recredenciamento de cursos de especialização, quando a conselheira Adriana Eiko lembrou que na reunião do FENPB teve o encaminhamento de se discutir os critérios de transparência em relação às aprovações de credenciamento e recredenciamento de cursos a fim de dar visibilidade ao processo. O conselheiro Aluizio questionou se esta demanda foi em tom de denúncia e a conselheira Adriana respondeu que não, foi no sentido de que essa transparência ajudaria a construir indicadores de parâmetros de qualidade para cursos de especialização credenciada e avaliação de como está o ensino de psicologia no país. Disse que o trabalho é construir ferramentas para que se possa dar essa visibilidade, talvez ter um espaço no site informando sobre o processo e os critérios de avaliação. Comentou que a parceria CFP/ABEP neste trabalho de avaliação seria um processo para ajudar a pensar a formação em psicologia de maneira mais qualificada.

A conselheira Clara Goldman sugeriu pensar junto com a ABEP sobre um dispositivo que pudesse tornar público, de forma mais ágil, mas dentro do rigor da lei.

O conselheiro Aluizio explicou que todos os cursos credenciados e recredenciados seguem a resolução e esta é pública. Informou que são 29 critérios de avaliação que também constam na resolução. Para o curso obter aprovação é necessário atender a 25 desses critérios. Mesmo estando na resolução, o conselheiro falou em disponibilizar todos os critérios no site. Sugeriu fazer um link nos sites do CFP e da ABEP com a lista de todos os cursos e o status de cada um, divulgando também os critérios utilizados para a avaliação. Disse que poderá apresentar, como um informe, a estatística de quantos cursos tem credenciado no Brasil atualmente. Informou ainda que os cursos de especialização de psicologia são reavaliados a cada 3 anos.

A conselheira Marilda Castelar comentou que na Bahia não existe nenhum curso credenciado, havendo essa carência. Questionou sobre uma solicitação de uma pesquisa, um mapeamento dos cursos de especialização e o porquê deles não darem entrada nos Conselhos.

O conselheiro Aluizio informou que essa pesquisa foi concluída, a qual avaliou todos os cursos de psicologia existentes e apresentada no último Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão.

O conselheiro apresentou os seguintes processos para julgamento desta plenária, informando que todos eles têm o parecer favorável da comissão de especialistas.

- **Processo Nº 009/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador WP Wainer & Piccoloto Centro de Psicoterapia Cognitivo Comportamental Ltda / Curso oferecido: Especialização em Terapia Cognitivo - Comportamental - Especialidade: Psicologia Clínica.

- **Processo Nº 013/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador PUC- SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Curso oferecido: Especialização de Psicologia e Saúde: Psicologia Hospitalar - Especialidade: Psicologia Hospitalar.

- **Processo Nº 016/2011** - Credenciamento no Núcleo formador INAP – Instituto de Neuropsicologia Aplicada / Curso oferecido: Especialização em Neuropsicologia Clínica – Especialidade: Neuropsicologia.

- **Processo nº 012/2011** – Recredenciamento do Núcleo formador PUC- SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Curso oferecido: Curso de Especialização de Psicanálise e Linguagem: uma Outra Psicopatologia – Especialidade: Psicologia Clínica.

- **Processo nº 025/2010** – Recredenciamento do Núcleo formador FAMEMA- Faculdade de Medicina de Marília / Curso oferecido: Especialização em Psicoterapias de Orientação Psicanalítica – Especialidade: Clínica.

Os processos foram votados em bloco e aprovados por unanimidade.

Encaminhamento: Conforme solicitação proposta na reunião do FENPB, o CFP vai elaborar estudos com a finalidade de tornar mais transparente o processo de avaliação de credenciamento e recredenciamento de cursos.

**2 - APOIO DO CFP À EXPEDIÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NAS ALDEIAS GUARANI-KAIOWÁ.** A conselheira Adriana Eiko informou que o ponto foi solicitado devido a uma demanda do CRP 06. Relatou que esse conselho tem um GT de povos indígenas, o qual articula, junto aos movimentos sociais via Tribunal Popular, uma proposta de intervenção e expedição para levantar denúncias de violação de direitos humanos aos povos Guarani-Kaiowá da região do Mato Grosso do Sul. A proposta de expedição está sendo desenvolvida a contento, mas há pouco tempo teve a informação de que algumas tratativas relativas a questão de parcerias e ampliação do debate sobre essa expedição precisam ser refeitas com os movimentos sociais. Disse que foi convidada pelo GT de povos indígenas do CRP 06 para uma conversa com o intuito de avaliar como tem sido a relação com os movimentos sociais especificamente. Disse que a queixa é que algumas parcerias, muitas delas históricas do Sistema Conselhos, estão sendo descartadas. Mencionou que há uma disputa no campo dos movimentos sociais de quem vai compor o grupo de expedição e nessa disputa tem ficado de fora parceiros históricos. A discussão

tem sido sobre como o Sistema Conselhos avalia a situação e como entrar no processo. Sugeriu que o ponto em si não fosse apreciado neste momento, mas fazer uma discussão política, de articulação, de como está sendo pensada a execução dessa proposta e somente depois tomar uma posição. Para isso, é necessário um tempo e considerou de uma a duas semanas para dar um retorno ao CRP 06.

A conselheira Clara Goldman comentou sobre um manifesto que foi construído e viabilizado pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, o qual foi assinado pelo CFP e que envolve várias entidades parceiras. Sugeriu tornar público esse manifesto e com mais tempo, discutir o projeto de intervenção.

A conselheira Adriana propôs o seguinte encaminhamento: não discutir sobre o apoio à expedição em si, mas que o tema indígena e o que está acontecendo especificamente no Mato Grosso do Sul, área de mais vulnerabilidade e violência, seja encampada e debatida pelo Sistema Conselhos como um todo.

A conselheira Marilda Castelar propôs que o CFP leve para APAF um informe da importância desse manifesto e que os conselhos regionais que tenham populações indígenas em suas regiões possam ter grupos de discussão e que possam incluir psicólogos indígenas para trabalhar o tema com mais propriedade. Comentou que na discussão do CREPOP não foi possível contemplar o tema dos povos indígenas no trabalho das relações raciais. Considerou necessário avançar nesse campo.

A conselheira Adriana Eiko informou que o CRP 14 pautou o tema na reunião entre presidentes, que antecede a APAF.

A conselheira Clara Goldman organizou o encaminhamento:

- Que na reunião entre presidentes o CFP se posicione favoravelmente, incluindo essa política como uma das preocupações deste coletivo. A partir dessa reunião, avaliar como encaminhar a questão para APAF, considerando que ainda não tem uma discussão coletiva instalada, mas que a pretensão é potencializá-la.

**3 – REUNIÃO COM CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.** A conselheira Adriana Eiko informou que o plano de contingência do sistema prisional foi proposto para fazer mais articulações políticas do que para pensar em um evento propriamente dito com a categoria. Em decorrência disso, foram solicitadas reuniões com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para tratar da resolução sobre atuação do psicólogo no sistema prisional. Em reunião realizada foram discutidas várias questões relativas ao sistema prisional, abordando o panorama nacional de como estão as unidades, a equipe técnica e foi exposto um posicionamento favorável do CNJ em relação à resolução. Foi debatida uma maneira de como potencializar o que está posto no sentido de

regulamentar a profissão para uma atuação mais qualificada. Desse debate surgiu a proposta de realização de eventos conjuntos entre CFP e CNJ. Foi lançada a ideia de seminários regionais, um ou dois em cada região do país e foi combinado que a próxima reunião seria para levar propostas sobre a realização desses seminários e pensar em mais parceiros para compor o debate. Foi agendada uma reunião para o dia 06 de dezembro, mas por motivos de compromissos do representante do CNJ foi cancelada, sem previsão de outra data. Justificou que a solicitação deste ponto de pauta foi em função de discutir as propostas para o seminário. Reforçou que a realização de eventos conjuntos com o CNJ fortalecerá a posição do CFP na relação do fazer qualificado e comprometido do psicólogo e ajudará no diálogo com o poder judiciário. Inicialmente foram cogitados dois temas fundamentais para abordar no seminário: 1. A questão da equipe como está na Lei de Execução Penal (LEP), no que se refere a comissão técnica de classificação e seus afazeres; e 2. O trabalho do psicólogo e da equipe relacionado ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional.

A conselheira Clara Goldman sugeriu que os conselhos regionais indiquem pessoas que possam potencializar o debate e realizá-lo a nível nacional por meio de transmissão online, sem excluir o debate presencial nos regionais. Os conselhos regionais devem se constituir em multiplicadores online e desta forma, o CFP poderia dialogar com os conselhos regionais no sentido de minimizar a construção de eventos específicos. Assim também é possível garantir que a discussão seja realizada a nível nacional. Falou que o equipamento de transmissão online adquirido pelo CFP deve estar a serviço do projeto político que o Conselho pretende trabalhar e a serviço das entidades técnico científica do FENPB.

A conselheira Monalisa Barros informou que foi apresentado à Comissão Nacional de Aids o Plano Nacional de Saúde Penitenciário e que houve uma reunião dentro da Conferência Nacional da Saúde, a qual discutiu a saúde penitenciária. Nesta reunião esteve presente representando o CFP o conselheiro Aluizio Brito.

O conselheiro Aluizio detalhou que estavam presentes vários conselhos de classes e entidades diversas na referida reunião. Disse que foi discutida a questão de trazer o tratamento dos internos dos institutos forenses para o CAPS, ao qual não foi concluído nenhum acordo. Discutiu-se a questão sobre o apoio das entidades ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional e também sobre outra ação de apoio para a realização do primeiro Encontro Nacional de Saúde do Sistema Prisional. Foi solicitado a todas as entidades presentes o comprometimento de divulgar e fortalecer o movimento para que este encontro aconteça. Foi agendada outra reunião mais ampliada para decidir sobre essas questões.

A conselheira Clara Goldman propôs acrescentar na pauta da reunião com o CNJ o recorte de gênero e a questão das mulheres que dão a luz algemadas e das crianças que ficam encarceradas juntas às mães até os 7 anos de idade, sem que o Estado desenvolva outro dispositivo de apoio ao desenvolvimento dessas crianças.

A conselheira Cynthia Ciarallo considerou interessante chamar a própria coordenação de saúde do sistema prisional do Ministério da Saúde. Lembrou que no ano passado aconteceram dois eventos que discutiram a presença do psicólogo em medidas de segurança no sistema prisional, os quais participaram vários profissionais da saúde para dar visibilidade a portaria interministerial. Desses dois eventos saiu um material interessante que pode ser usado como subsídio para a discussão com CNJ. Questionou sobre a inclusão da Secretaria de Direitos Humanos, onde tem um GT específico do sistema prisional e que está fazendo certo recorte com a questão das mulheres, bem como do Ministério da Justiça, onde está acontecendo uma discussão interna interministerial sobre a questão de gênero no sistema prisional.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu abordar também o encarceramento do jovem, pois a medida privativa de liberdade para os adolescentes tanto do sexo feminino quanto do masculino tem acontecido de uma forma indigna.

A conselheira Adriana Eiko comentou que tem chegado à Ouvidoria e aos Conselhos regionais questionamentos de profissionais que atuam com jovens em medidas sócio educativas questionando se a resolução 012/2011 serve para eles. Discuti-se que resposta o CFP poderá produzir para esses psicólogos que atuam nessa interface.

A conselheira Clara Goldman ponderou que essa demanda deve ser considerada, pois está em questão o princípio da ética. Disse que é necessário instalar esse debate e sugeriu pensar para a próxima plenária em uma proposta de como introduzir esse debate no próximo ano, abordando as questões relacionadas aos projetos terapêuticos singulares.

A conselheira Deise lembrou que a discussão sobre adolescentes em conflito com a lei já vem desde a resolução 009/2010 e que existe material de subsídio, como a pesquisa do CREPOP e a inspeção das comissões de direitos humanos, que podem ajudar a pensar em uma postura frente a questão da privação de liberdade. Considerou importante incluir o Ministério da Saúde nas reuniões com o CNJ.

A conselheira Cynthia Ciarallo ponderou que a grande questão é entre o juiz e o encarceramento, pois toda privação de liberdade é evocada pelo judiciário, seja como medida sócio educativa, seja como uma execução penal,

o que pode levar este plenário a pensar em um novo mote para realizar esse evento. Considerou que a grande questão dessa discussão é sobre a privação de liberdade, como o psicólogo atua nesse contexto e como a pessoa que está em privação de liberdade tem seu direito à saúde garantida.

A conselheira Ângela Caniato expôs uma preocupação com o que vem acontecendo com os adolescentes presos ou os chamados meninos em conflito com a lei, no sentido de criminalização desses adolescentes. Questionou se é papel do CFP atuar de alguma forma com os psicólogos envolvidos nesse trabalho. Disse que vê uma subordinação do psicólogo em relação ao judiciário. Questionou ainda se há algo que o CFP possa fazer em prol da formação desse psicólogo, no sentido de orientação.

A conselheira Monalisa Barros explicou que o CFP não tem o papel formador, mas pode estimular e construir junto com o governo seminários, encontros, debates para qualificar o assunto. Ressaltou que o papel do conselho é orientação e fiscalização e nesse sentido foram realizadas várias ações que vão ao encontro da formação qualificada do psicólogo. Disse que os temas sistema prisional e adolescentes em conflito com a lei foram objetos de várias ações deste conselho nos últimos 4 anos e foram produzidas várias publicações.

A conselheira Flávia Lemos propôs fazer uma pauta contemplando a relação da racionalidade carcerária atravessada por todas essas questões abordadas. Fazer uma discussão não somente da instituição presídio, mas da lógica carcerária.

A conselheira Clara Goldman ponderou a possibilidade de colocar a temática na roda de discussão, mas propondo que seja na pauta do planejamento estratégico.

Após discussão foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- Realizar Seminário (com sugestão de que seja online) com o CNJ, tendo como temas principais: Comissão Técnica de Classificação e Trabalho da Equipe no Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional;
- Pautar também para o seminário:
- Mulheres que dão a luz algemadas;
- Crianças que ficam presas com suas mães até os sete anos de idade;
- Sinalizar para o Planejamento Estratégico o projeto de refletir sobre a atuação do psicólogo na medida sócio educativa de privação de liberdade de crianças e adolescentes, divisão das atribuições, nos moldes do proposto na Resolução N° 012/11.

**4 – CREPOP.** A conselheira Monalisa Barros apresentou o resultado do CREPOP em 2011, mostrou os objetivos gerais e específicos, fez uma

retrospectiva das realizações do CREPOP , apresentando a lista de políticas públicas publicadas. Informou que foram realizadas 21 pesquisas em 6 anos e que tem 5 publicações sem pesquisas. Disse que foi construído um passo a passo para a construção das referências e conferiu com o plenário as perspectivas para 2012, mostrando as áreas, ano da pesquisa, conselheiro responsável, previsão da consulta pública e previsão da publicação. Disse que a expectativa é que 2012 seja o ano das referências técnicas deste conselho. Explicou que quando um documento entra em consulta pública os conselhos regionais devem mobilizar os psicólogos a lerem e fazerem as observações. Foi tirado como meta do encontro do CREPOP que a consulta seja feita efetivamente pela base e que a função do CREPOP é disseminar as referências técnicas. Informou que a proposta do encontro é que seja um tema só, e que não seja feito apenas em 6 meses. O tema indicado pelo comitê gestor do CREPOP foi: "Atuação do Psicólogo em Políticas para Pessoas em Situação de Rua". Disse que esta é uma pesquisa transversal que passa por diversas políticas públicas. Além disso, foi decidido que se faria documentos para gestores e que terá um conselheiro do CFP, um do regional e um técnico para acompanhar a construção da referência técnica. A conselheira falou também sobre a evolução das despesas do CREPOP. O documento encontra-se em anexo.

A conselheira argumentou sobre um questionamento surgido no CFP XV, do por que o CREPOP não deve dentro da sua construção e idealização pesquisar o psicólogo no controle social. Explicou que o trabalho do CREPOP não é uma atividade técnica de trabalho, mas tem um papel político, podendo ter uma função de orientação, pode construir uma referência política para a atuação do psicólogo que esteja em qualquer controle social.

A conselheira Clara Goldman falou sobre a necessidade de encontrar uma forma de discutir a qualificação política do psicólogo, que não seja no CREPOP. Apontou o seguinte encaminhamento:

- Incluir o tema sobre a formação política do psicólogo em instâncias de controle social como pauta no planejamento estratégico.

A conselheira Márcia Mansur ponderou sobre a necessidade de avançar a partir do seminário, pensar em uma publicação e depois em uma capacitação online, com um módulo específico para psicólogos.

**5. INFORME SOBRE A QUANTIDADE DE INSCRITOS NO CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA CONCESSÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA DO TRÂNSITO.** O conselheiro Aluizio Brito registrou que até o momento, o CFP não teve nenhum gasto com a realização dos concursos para o título de especialista. Apresentou a estatística do número de inscritos em todo o país para o concurso CFP 01/2011- Concurso especialista do



Trânsito, conforme documento anexo. Informou que o Fabián Rueda voltará, em janeiro de 2012, a representar o CFP na câmara temática do DENATRAN. O conselheiro relatou que o debate online sobre psicologia do trânsito aconteceu na sede do CFP, no dia 1º de dezembro, o qual contabilizou 1.950 pontos conectados em todo o país.

A conselheira Roseli comentou que o grande número de pontos conectados significa que o debate online traz para a discussão um público segmentado por área de interesse que jamais se conseguiu atingir. Elogiou o trabalho do conselheiro Aluizio pela divulgação das ações do CFP no seminário e relatou que no seminário Psi Online houve 2.100 pontos conectados. Considerou que depois de cada debate online todas as perguntas devem ser respondidas e sugeriu que esta tarefa fosse de responsabilidade do CFP.

Foram estabelecidos os seguintes encaminhamentos:

- Para cada tema de debate online, definir uma equipe, juntamente com um conselheiro responsável, para organizar e responder todas as questões que chegarem.
- Colocar FAQ no site POL, com perguntas e respostas que apareceram nos debates online.
- Divulgar ao público os próximos temas do debate online com antecedência, para que as pessoas possam mandar perguntas antes, e que os palestrantes possam comentá-las em suas apresentações.
- O conselheiro Aluizio Brito se responsabilizará em apresentar os dados sobre os debates online na reunião de presidentes, para pensarem estratégias de alcance de maior público. Que os conselhos regionais instalem pontos de internet e telão em locais que tenham concentração de psicólogos ligados ao tema em questão.
- Colocar no You tube os filmes dos debates online, com informações sobre número de pontos conectados e indicação de um site com as perguntas e respostas acerca do tema, para potencialização dos acessos, para fazer rede, como estratégia de divulgação.
- Informar no site quando o vídeo será incluído no You tube, fazer chamadas, divulgar links.
- Lançar canal do CFP no You tube, várias vezes, informando tudo o que está disponível.

**6. PROJETO MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA.** O conselheiro Henrique Rodrigues comunicou que o projeto Memória da Psicologia Brasileira sofreu uma modificação na sua organização. Antes era voltado para produzir materiais e a partir de então, abarcará uma visão mais ampla e passará a trabalhar junto com os 50 anos da Psicologia, principalmente com a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Disse que todo o material produzido no decorrer da comemoração dos 50 anos da psicologia e da II Mostra serão utilizados pelo projeto a fim de realizar um trabalho de acumulação da história, que será digitalizado, e melhor coordenado para nada se perder. O projeto

Memória irá trabalhar mais próximo do momento presente sem esquecer a história passada. Informou que há uma possibilidade de se fazer um levantamento da história do Sistema Conselhos. Disse que existem alguns projetos que ainda não estão definidos e sugeriu encaminhar para a próxima plenária com uma definição melhor.

**7 – RESOLUÇÃO CNS 196/96.** A conselheira Marilda Castelar iniciou o ponto lembrando que a proposta de se trabalhar a resolução CNS 196/96 por este plenário surgiu com a demanda da conselheira Maria Ermínia. Logo em seguida, buscaram-se informações e por meio da conselheira Ângela Caniato foi feito contato com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação (ANPEPP).

A conselheira Ângela Caniato relatou que logo que o tema surgiu, a primeira providência foi buscar conhecer a legislação. Foi informada, pelo meio acadêmico, sobre os entraves que essa resolução está trazendo para as pesquisas qualitativas em que envolvem participação ativa do pesquisado, em especial quando essa pesquisa vai para intervenção comunitária, nas chamadas pesquisas intervenção. Depois disso houve a recomendação para que se buscasse a ANPEPP, a qual conta com um comitê de ética. Segundo a conselheira a posição da ANPEPP é de que a psicologia deva sair do Conselho Nacional de Saúde e que a ANPEPP e a sociedade de antropologia tivessem uma maior preocupação com as questões das ciências sociais e humanas e não propriamente das ciências biológicas. Que não poderia ser a mesma legislação ética para as pesquisas biológicas e empíricas que fundamentam a questão da saúde, mas necessitando considerar as questões sociais e políticas para a definição dessa ética. Ressaltou que a posição da ANPEPP é que a legislação ética com relação as pesquisas nas ciências humanas e sociais deva sair do âmbito do Conselho Nacional de Saúde. A conselheira informou que o CNS abriu a possibilidade para que todas as entidades que desejassem pudessem opinar sobre a resolução, que está disponível no site do CNS. O CFP opinou, ponderando não tanto na direção da ANPEPP, mas também sobre a importância da pesquisa na área biológica. Disse que foi redigida uma carta direcionada ao CNS.

A conselheira Marilda Castelar comentou que a resolução está em vigor há 15 anos e entrou para consulta pública há mais ou menos um mês. Disse que o GT Formação fez sugestões pontualmente na resolução, porém essas sugestões não foram colocadas publicamente e nem foi citado o nome do CFP, porque não haviam sido discutidas neste plenário. Foi combinado de redigir uma carta, com o posicionamento do CFP. Lembrou que o CNS mudou sua composição há um mês e que o CFP nunca participou desse conselho. Disse que é necessário pensar na importância dessa carta e definir o posicionamento do CFP.

A conselheira Deise Nascimento informou que a ANPEPP pautou essa discussão no FENPB, e apresentou a carta redigida pela entidade. Dessa discussão foram indicados os seguintes encaminhamentos: pensar em propostas de resoluções mais pontuais, devido a diferenças que há dentro de uma mesma área de conhecimento e ampliar os fóruns de discussão. Também que as entidades estudassem a carta da ANPEPP avaliando a possibilidade de adesão a esse debate e levar para a próxima reunião do FENPB algumas posições. Houve ainda a indicação de a pesquisadora Iara Guerreiro compor a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e de encaminhar as resoluções mais pontuais para a CONEP.

A conselheira Marilda Castelar comentou que a carta do CFP diverge um pouco da carta da ANPEPP e que essa foi escrita depois da leitura da carta da ANPEPP. Leu a carta anexa.

A conselheira Clara expôs a preocupação de esquecer algum nome ao listar as entidades parceiras, por isso sugeriu incluir entidades ligadas a determinado assunto, sem listar ou nomear.

O conselheiro Henrique Rodrigues propôs criar um dispositivo político de abertura e de chamada de todas as entidades organizadas da sociedade civil que se interessam em participar da discussão, ou seja, é chamar politicamente os parceiros para uma conversa sem nomear quem participará, as próprias se apresentarão no processo.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu encaminhar alguns temas e proposições no sentido de que toda vez que houver alteração na resolução haja também uma consulta e um debate com todos aqueles que podem ser afetados e que esse tipo de decisão não fique restrito a um setor ou a uma pequena parcela de burocrata de um determinado Ministério. A proposta é que haja uma política permanente de diálogo sempre que houver alguma mudança da resolução.

O conselheiro Aluizio Brito disse que neste momento, é preciso mobilizar as entidades para que façam pressão junto ao CNS a fim de que os apontamentos feitos na consulta pública sejam considerados. Ponderou ser interessante fazer uma reunião com essas entidades, se já houver um diálogo aberto com elas, para articular em como fazer essa pressão. Considerou que a carta deve apontar para essa direção; o que foi sugerido na consulta pública deve ser contemplado no texto da resolução.

A conselheira Márcia Mansur enfatizou que a diferença é que ANPEPP fala em pesquisa em seres humanos e a psicologia faz pesquisa com seres humanos. Propôs fazer a carta em parceria com outras entidades que

compartilham as mesmas ideias, não considerando interessante o CFP encabeçar a carta sozinho.

A conselheira Deise comentou que no FENPB as entidades que debateram o tema foram ANPEPP e CFP.

Como ANPEPP já encaminhou a carta ao Ministério da Saúde, a conselheira Marilda Castelar ponderou ser o momento de o CFP manifestar sua posição. Informou que o CONEP está treinando todos os conselheiros regionais e todos os conselhos de estados na plataforma Brasil, para avaliar as pesquisas de forma online. Disse que todas as pesquisas serão encaminhadas online e a CONEP terá um quadro das pesquisas nacionais, tudo que estiver sendo produzido está sendo organizado nessa plataforma. Toda e qualquer pesquisa tem que ser diretamente online e o parecerista também faz a avaliação desta forma, não havendo outra possibilidade.

Em relação a questão de nomear as entidades, a conselheira Roseli Goffman sugeriu adotar o texto: Veja abaixo as organizações e indivíduos que já apóiam essa iniciativa. Lançar dessa forma, faz uma consulta e ainda pede para mandar e-mail para agregar novas instituições.

Houve dúvidas e questionamentos em relação ao objetivo da carta do CFP e a conselheira Ângela Caniato esclareceu. Disse que a ANPEPP está restringindo e querendo a criação de um ponto de respaldo ou de referência na área da ciência humanas sociais e políticas e o CFP almeja uma posição intermediária que considere também a área da ciência biológica, em especial devido a situações que envolvem a neurociência e pesquisas com seres humanos.

A conselheira Flávia Lemos falou em fazer uma remissão a carta do CFP, apoiar a carta da ANPEPP, fazendo complementos e encaminhar para outros ministérios, principalmente para o de Ciência e Tecnologia.

O conselheiro Aluizio Brito considerou fazer parceria com ANPEPP, uma vez que não viu muitas questões divergentes. Sugeriu fazer uma reunião telefônica ou presencial com ANPEPP com o objetivo de construir um texto que enfatize e respeite o que a consulta pública apontou. Ponderou que deve ser um documento único, com a participação de várias entidades e acompanhar o resultado, verificando se foram acatadas as sugestões da consulta pública.

A conselheira Clara Goldman também não considerou discordâncias entre a carta da ANPEPP e a do CFP. Ressaltou que o CFP deve reafirmar o respeito ao processo democrático da consulta e garantir que o debate seja inclusivo. Propôs que seja ampliado o modelo de gestão com os ministérios, que se mantenha representação paritária da sociedade civil organizada, que

sejam reconhecidas e incorporadas as sugestões da consulta pública e que a área da saúde inclua a perspectiva das diversas políticas públicas que podem ter relação com a ética em pesquisa.

O conselheiro Aluizio Brito levantou a ideia de fazer audiência pública e o conselheiro Henrique Rodrigues de fazer uma moção.

Diante do debate o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Na Carta do CFP informar que a consulta pública não é suficiente e que é preciso garantir o debate público, para que as sugestões da consulta sejam contempladas pelo conjunto da sociedade brasileira.
- Solicitar consulta pública para debate.
- Fazer uma moção.

A conselheira Clara Goldman informou que o CFP recebeu um convite para participar do comitê gestor do programa de divulgação da qualificação dos prestadores de serviços na saúde suplementar e para participar de uma reunião no dia 05 de dezembro no Rio de Janeiro. É necessário indicar um representante e um suplente. A conselheira Roseli Goffman se propôs a ser suplente e foi indicado o nome da Anice Holanda para ser a titular.

Anice Holanda foi consultada e aceitou participar do Comitê, porém não poderá ir a reunião do dia 05/12. A conselheira Roseli participará.

A conselheira Clara Goldman falou também sobre o convite do Ministério Público Federal da Procuradoria da República de Minas Gerais, para representação na audiência pública da FUMEC sobre política de enfrentamento dos transtornos mentais na temática álcool e drogas, em 06 de dezembro. Foi indicado Humberto Verona ou Rosemeire da Silva.

A conselheira Clara Goldman encerrou a reunião às 19h. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Clara Goldman Ribemboim

Deise Maria do Nascimento

Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Aluizio Lopes de Brito



Ângela Maria Pires Caniato Ângela Caniato

Adriana Eiko Matsumoto Adriana

Cynthia Corrêa Ciarallo Arthur Ciarallo

Flávia Cristina Silveira Lemos Flávia

Henrique José Leal F. Rodrigues Henrique Leal F. Rodrigues

Márcia Mansur Saadallah Márcia Saadallah

Marilda Castelar Marilda

Roseli Goffman Roseli Goffman

## ATA DA 15ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

**Data:** 03 de dezembro de 2011, sábado.

**Duração:** das 9h23 às 18h.

**Pauta**

- 1 – Avaliação dos Testes Psicológicos
- 2 – Avaliação de Instrumentos para Saber se são Testes Psicológicos.
- 3 – PMK
- 4 – Pontos Financeiros
- 5 - VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP).
- 6 – APAF de Dezembro de 2012.

**DIRETORIA:**

1. Humberto Verona - Presidente
2. Clara Goldman – Vice-Presidenta
3. Monalisa Barros – Tesoureira
4. Deise Nascimento – Secretária

**CONSELHEIROS (AS):**

5. Ana Paula Porto Noronha
6. Aluizio Lopes de Brito
7. Ângela Maria Caniato
8. Adriana Eiko
9. Cynthia Ciarallo
10. Flávia Cristina Lemos
11. Henrique Rodrigues
12. Márcia Mansur
13. Marilda Castelar
14. Marilene Proença
15. Roseli Goffman

**Participantes**

O presidente Humberto Verona iniciou a reunião as 9h23, saudou a todos e todas e justificou as ausências das conselheiras e dos conselheiros:

- Ana Luiza Castro encontra-se com problemas de saúde.
- Celso Tondin tem compromisso na Universidade.
- Maria Ermínia e Heloiza Massanaro participam como delegadas da Conferência Nacional de Saúde em Brasília.
- Marilene Proença representou o CFP no dia 02.12 em um seminário organizado conjuntamente pelos Instituto de Estudos Avançados da USP e Instituto Silvia Lena, em São Paulo.
- Sandra Amorim está em Portugal.

- Tânia Brasileiro acompanha o marido que fez cirurgia.

A conselheira Monalisa Barros apresentou Marcelo Siqueira Gonçalves, novo funcionário do setor de informática do CFP.

**1. AVALIAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS.** Antes de apresentar os instrumentos, a conselheira Ana Paula Noronha fez uma ressalva para a questão de que tem diminuído a data de tempo que os testes estão em processo de análise; havendo um esforço da comissão para que não haja atraso nos pareceres.

Apresentou os seguintes instrumentos de avaliação psicológica, informando que todos tiveram pareceres favoráveis pela comissão consultiva.

- a) Escala de Autoeficácia para escolha Profissional - EAE-EP – Parecer favorável.
- b) Escala de Inteligência Weshsler para Crianças 4ª edição - WISC-IV – parecer favorável, mas com a ressalva de ser revisado pelos autores.
- c) Escala de Avaliação Tipológica - EAT – Parecer favorável.
- d) Método de Avaliação de Pessoas - MAPA – Parecer favorável.

O presidente Humberto Verona consultou o plenário sobre os pareceres da Comissão Consultiva e todos foram aprovados por unanimidade.

**2. AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA SABER SE SÃO TESTES PSICOLÓGICOS.** A conselheira Ana Paula Noronha informou que a Comissão Consultiva avaliou o instrumento Levantamento de Interesses Profissionais – LIP e o considerou como sendo teste psicológico.

O presidente Humberto Verona disse que este ponto foi dado como informe, não havendo necessidade de aprovação deste plenário.

**3. PMK.** Em relação ao teste PMK, a conselheira Ana Paula relatou que a editora solicitou uma reunião e entrou com recurso, o qual foi analisado e respondido pela Comissão Consultiva. Disse que a Comissão entendeu que o instrumento tem 3 grandes fragilidades; uma em relação à fundamentação teórica no que se refere a expressão motora e personalidade, outra em relação à validade e a última é que os índices de precisão técnica são mínimos. Portanto, a posição da Comissão Consultiva é manter o instrumento desfavorável.

O presidente Humberto Verona relatou que houve uma reunião telefônica entre a diretoria do CFP e a conselheira Ana Paula, na qual se discutiu estratégias para lidar com a situação. Ponderou-se sobre todos os argumentos da editora e sobre todos os problemas apontados pela Comissão Consultiva. Os encaminhamentos desta reunião foram:



- A diretoria do CFP manterá a posição da Comissão Consultiva de tirar o teste do mercado.
- Marcar uma reunião com os diretores dos DETRANs de Minas Gerais e São Paulo para expor os motivos da reprovação do teste, uma vez que o uso do PMK é obrigatório na avaliação psicológica para obtenção e renovação da CNH nesses estados.
- Marcar reunião com o diretor do DENATRAN.
- Pautar o assunto na reunião entre presidentes, que antecede a APAF.
- A conselheira Ana Paula Noronha fará uma nota técnica detalhada esclarecendo toda a situação para os Conselhos Regionais, os DETRANs e uma nota mais objetiva para ser publicada em jornais de grande circulação do país.

A conselheira Ana Paula falou da necessidade de discutir sobre a indicação ou não de outro instrumento, considerando uma ingerência dos DETRANs ao definir os testes que os psicólogos utilizarão. Relatou que na inspeção pública da área do trânsito constam duas informações importantes: uma é que o PMK não é utilizado por 50% dos profissionais e sim o palográfico e que 80% dos PMK são aplicados, mas não avaliados.

O presidente Humberto Verona abriu para o debate ressaltando que esta questão é problemática e é necessário discutir, se preparar e encontrar estratégias para enfrentar as reações vindas da categoria que faz uso do PMK, das instituições e da sociedade em geral.

Pela dimensão que este problema possa representar, a conselheira Clara Goldman sugeriu que a conselheira Ana Paula Noronha esteja presente não somente na reunião entre presidentes, mas também na APAF, para expor a situação de forma detalhada aos Conselhos Regionais. Fazer exposição de motivos de forma organizada, inclusiva e que todos tenham acesso. Atentou para o fato de que a reação maior venha dos DETRANs e de quem lucra com a utilização do teste e considerou ainda que não é função do CFP indicar outro instrumento, pois ao direcionar um determinado teste, estará favorecendo economicamente a editora e suspeitas poderão recair sob a comissão. Falou que o palográfico é um instrumento que está sendo cogitado por muitos psicólogos para fazer o enfrentamento da resolução do CONTRAN em relação as 10 avaliações. Se sugerir o palográfico corre-se o risco de ser entendido como uma liberação para realizar muito mais avaliações.

Humberto Verona informou que há um pedido de ponto de pauta na reunião de presidentes solicitado pelo CRP 16 sobre avaliação psicológica, sugerindo que esta discussão seja incluída neste ponto.

O conselheiro Aluizio Brito ressaltou que a nota técnica deve ser bem incisiva, no sentido do teste existir desde a criação do SATEPSI e de repente ser considerado desfavorável, lembrando das conseqüências que poderão surgir das várias pessoas que foram reprovadas neste teste. Considerou necessária uma reunião com os DETRANs e com os Conselhos Regionais, e que a nota técnica tenha uma argumentação de ordem científica, apontando todos os critérios do teste. Questionou como será levado o assunto para a APAF.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu aproveitar a temática do ano da avaliação psicológica para mostrar que o CFP está cada vez mais avaliando e reavaliando as práticas na perspectiva de operá-las para a promoção e garantia dos direitos humanos.

O presidente leu a resolução 002/2003 que define e regulamenta o uso, elaboração e comercialização de testes psicológicos e comentou que a resolução 007/2009 fala que a avaliação psicológica para o trânsito não se resume a aplicação de testes e cabe a cada psicólogo escolher os instrumentos que estão favoráveis para o propósito. Sugeriu agregar a resolução 007/2009 aos argumentos e levar o assunto para a APAF apenas como esclarecimento, pois não está em questão colocar em discussão sobre a validade ou não do parecer. A plenária do CFP que tem a tarefa de analisar e decidir esta questão.

O conselheiro Aluizio Brito considerou que deve ser levado como informe apenas na reunião entre presidentes a fim de colher sugestões e construir respostas. Disse que a comissão é legitimada pela resolução e pelo plenário do CFP, não cabendo mais deliberação. Opinou que a apresentação do ponto na reunião entre presidentes, deve ser bem fundamentada e o fundamento deve ser legal e científico, resguardado pelo novo manual, possibilitando assim o convencimento dos presidentes.

A conselheira Deise Nascimento informou que o CRP 03 pautou para a reunião entre presidentes a proposta de fazer uma unificação nacional das baterias utilizadas e também que sejam determinados os testes, o credenciamento e a avaliação psicológica. Sugeriu incluir o Fabián Rueda, representante do CFP na câmara temática do DENATRAN, na discussão com DETRANs e DENATRAN.

A conselheira Clara expôs a ideia de levar o tema para reunião entre presidentes com o objetivo de informar, subsidiar a discussão dos regionais e orientação aos profissionais. Sugeriu fazer um roteiro de orientação básica em relação ao teste, resgatando o que está no dispositivo legal, ressaltando a autonomia dos psicólogos e que o novo manual abriu um grande fosso. Considerou interessante levar o recurso respondido para essa reunião, a fim de

evitar um problema político e também porque não se pode ir a uma assembleia com um recurso sem resposta.

A conselheira Márcia Mansur questionou sobre as disciplinas de PMK nas grades das Universidades e sugeriu construir uma nota junto com ABEP direcionada a estas instituições de ensino.

A conselheira Ana Paula respondeu que a própria resolução diz que não é proibido ensinar testes que não estão favoráveis. Falou sobre a necessidade de começar a trabalhar rapidamente nas estratégias de defesa a fim de antecipar os futuros ataques.

A conselheira Clara sugeriu fazer um levantamento de todas as áreas possíveis de atuação do teste, ainda nesta semana, acionar o IBAP e ASBRO e preparar a defesa. Falou que é preciso combinar prazos para todos os encaminhamentos propostos.

O presidente Humberto pediu ao plenário para pensar em uma divulgação pública e ampla para a sociedade, expondo os argumentos legais dessa decisão. Sugeriu pedir a ABEP para informar e divulgar nas coordenações de cursos de psicologia. Ressaltou que a nota técnica deverá estar pronta até 3ª feira, dia 06/12/2011.

A conselheira Roseli Goffman perguntou se o PMK poderá ser revisado, revalidado e retornar para o mercado e Ana Paula respondeu que sim, porém é um processo longo que leva em torno de um ano.

Em relação à solicitação de ponto do CRP 03 para reunião entre presidentes e APAF, o presidente Humberto Verona disse que o solicitado é uma discussão além da questão da definição de quais testes utilizarem para avaliação psicológica do trânsito. A proposta é uma discussão mais ampla, incluindo credenciamento de pessoas físicas para prestarem serviço para o DETRAN. A conselheira Marilda Castelar expôs que a situação de trabalho do psicólogo do trânsito na Bahia é bastante peculiar, pois há várias clínicas de psicologia do trânsito onde o psicólogo é mal remunerado e até mesmo explorado. Disse que é difícil abrir uma clínica e o valor que se paga por uma avaliação psicológica é baixo e a grande porcentagem fica para a clínica. Há também dificuldade para realizações de outras ações em prol de um avanço no campo. Segundo a conselheira, na Bahia existe uma associação de psicólogos do trânsito e outra de clínicas do trânsito. Comentou também que há uma mobilização no estado a favor da criação de uma associação nacional de psicólogos do trânsito com regras nacionais e unificadas, assim como um Fórum Nacional de profissionais que atuam no trânsito.

O presidente acrescentou que o nome do ponto solicitado pelo CRP 03 é Mobilidade Humana e Trânsito na Perspectiva Social e falou sobre os objetivos. Viabilizar a criação de um GT nacional que discuta além das questões da psicologia, todas as ações e mudanças promovidas pelos órgãos públicos, federais e regionais de trânsito a exemplo da adequação da resolução 267 do Código de Trânsito Brasileiro. Fortalecer o Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito. Ampliar a atuação do psicólogo na/e para além da avaliação psicológica propondo ações que além de avaliar, busquem preparar, orientar e acompanhar o condutor, visando o seu comprometimento com o exercício da cidadania, segurança, responsabilização e respeito ao espaço público como um direito de todos. Incentivar as pesquisas do trânsito em parceria com DENATRAN e CONTRAN. Criação de uma Associação Brasileira de Psicologia do Trânsito e Mobilidade. Intervir junto as Câmaras temáticas do DENATRAN para uma ampliação de vagas destinadas as representações e que estas sejam compostas por técnicos, peritos em avaliação psicológica para o trânsito diversificada por regiões.

A conselheira Clara lembrou que este plenário decidiu que iria fortalecer o Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito, entendendo que é um movimento que trabalha de forma ampliada a questão dos direitos humanos e mobilidade. Considerou que a criação deste Fórum está majoritariamente voltada para uma pauta corporativa e que o CFP não pode apoiar esse tipo de pauta. É necessário um posicionamento deste Conselho.

A conselheira Roseli Goffman sugeriu priorizar os temas mais problemáticos, nomeando dois: psicologia do trânsito e psicologia organizacional. Considerou importante cuidar desses temas de forma mais apropriada e convidar um *ad hoc* especialista no trânsito para ajudar na condução desses trabalhos. Ponderou que não será possível revitalizar o movimento sem quadros que tenham a liderança dentro do projeto do trânsito. Em sua opinião é necessário começar a fazer reuniões específicas, oferecer a devida assistência a essas demandas, mobilizar a categoria e começar a reorganizar um movimento. Lembrou que é uma demanda enorme de empregabilidade para o psicólogo e que esses temas serão recorrentes nas próximas plenárias.

O presidente Humberto Verona propôs apoiar a criação de um GT na APAF para discutir as estratégias, conduzir os trabalhos e preparar um conjunto de intervenção e propostas para a área do trânsito a ser apresentado na APAF de maio de 2012.

Após toda a discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Marcar reunião com os diretores do DETRAN e CRPs de MG e SP, para apresentar os argumentos e posição do CFP sobre o PMK.

- Fazer reunião com o DENATRAN; Convidar o Fabián Rueda (representante do CFP em uma Câmara temática do DENATRAN) para fazer articulação com DETRANS e DENATRAN.
- Pautar para a reunião de Presidentes dia 09.12.2011, a ser apresentado pela Ana Paula e mais alguém da Comissão, se necessário.
- Ana Paula deverá fazer uma nota técnica com argumentos da Comissão para subsidiar as reuniões até terça-feira- 06.12.2011.
- Ana Paula deverá fazer um documento mais objetivo para os jornais de grande circulação.
- Responder o recurso da editora, informando o parecer desfavorável da Comissão, até quinta-feira, 08.12.2011 antes da APAF.
- Fazer comunicação ao IBAP e ASBRO.
- Solicitar à ABEP que comunique às universidades.
- Convidar um *ad hoc* da área de trânsito para cuidar dessa política em articulação com sindicatos e FENAPSI, para reorganizar o movimento.
- Apoiar a criação de um GT na APAF para preparar intervenções a serem apreciadas na APAF de maio (ponto 9 - sobre mobilidade humana e trânsito na perspectiva social).
- Enviar esse encaminhamento para os encaminhamentos do plenário na pauta da APAF.

4 - **PONTOS FINANCEIROS.** A conselheira tesoureira Monalisa Barros apresentou a planilha das **propostas orçamentárias dos CRPs para 2012**, em anexo e colocou em votação. Lembrou que o presidente e tesoureiro do CFP respondem administrativamente pelo montante apresentado. Mostrou que os conselhos de Minas Gerais, Pará, Paraíba e Rio de Janeiro estão com o índice de inadimplência acima da média que é em torno de 20%.

A conselheira Flávia Lemos comentou que a situação do CRP 10 é um reflexo de como o curso de psicologia na UFPA operava, antes era um curso experimental e a maioria das pessoas formadas não se vinculavam ao conselho..

O plenário aprovou por unanimidade a proposta orçamentária dos CRPs para 2012.

Também foi aprovada por unanimidade a reformulação orçamentária do CRP11.

A tesoureira Monalisa passou a apresentação da **proposta orçamentária do CFP para 2012**, em anexo, mas antes comentou que esta gestão provavelmente será reconhecida pela política de recursos humanos que está implementando. Explicou que foi feito no acordo coletivo deste ano um

investimento grande na adequação do salário de pessoal, no qual foi concedido um aumento real de 10% mais reposição da inflação. Além disso, com o realinhamento institucional será acrescido mais custo com pessoal, pois serão contratados ao longo de 2012, 24 novos funcionários. Disse que houve um impacto grande com a folha de pagamento e lembrou que não houve aumento de anuidade. Houve um pacto entre os conselhos regionais para não haver aumento de anuidade, exceto os CRPs 05 e 06 reporão a inflação, porque as assembleias orçamentárias destes conselhos aconteceram fora do tempo do acordo. Informou que em janeiro deste ano, quando foi feito o planejamento estratégico, o CFP tinha disponível R\$ 2.500.000,00 para ações políticas, que foi todo adequadamente usado. Para o próximo ano há R\$ 1.050.000,00 para o planejamento estratégico e que para os 50 anos da psicologia, foi autorizada pela APAF a utilização do dinheiro da conta divulgação. Ressaltou que entrará o ano de 2012 com pouco dinheiro, mas com o aval de usar o dinheiro da conta divulgação. Falou ainda que foi uma decisão política desta gestão para este ano trabalhar a questão de recursos humanos como uma prioridade, levando em consideração a saúde do trabalhador.

Em relação a adequação da política de recursos humanos do CFP, a conselheira Deise Nascimento comentou que nos últimos anos, o CFP cresceu muito, mas a organização institucional se manteve no modelo antigo, de mais de 15 anos. Portanto existe a necessidade de uma revisão salarial e de um cuidado com o trabalhador. Falou que para o planejamento estratégico é preciso pensar em uma melhor distribuição de tarefas durante o ano, pensar nas ações vinculadas à casa a fim de não sobrecarregar nenhum funcionário. Aproveitou para agradecer aos funcionários pelo esforço e colaboração para a realização das ações propostas.

A conselheira Roseli Goffman ressaltou a importância do realinhamento institucional e considerou que com a realização de eventos online possibilitará uma economia significativa para o CFP. Sugeriu que nas próximas plenárias seja apresentado um quadro comparativo com as propostas dos anos anteriores.

A tesoureira Monalisa mostrou novamente a proposta orçamentária do CFP para 2012 e falou dos valores que consta no resumo das receitas, conforme anexo. Explicou que está em apreciação o orçamento do CFP para 2012 no valor de R\$25.453.870,33 que é dividido em 3 contas: cota parte, cota revista e fundo de seções.

A proposta orçamentária do CFP para 2012 foi aprovada por unanimidade.

**Anuidades 2012** - O Plenário do Conselho Federal de Psicologia, em atenção ao disposto na Lei 12.514 de 28 de outubro de 2011, que trata das

contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, houve por bem estabelecer o valor da anuidade de 2012 com os mesmos valores previstos na Resolução CFP n. 007/2010, ou seja, o valor mínimo da anuidade para 2012 será de R\$ 267,79 (duzentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos) e o valor máximo será de R\$ 399,53 (trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos), devendo os Conselhos Regionais de Psicologia obedecer aos valores discutidos nas suas Assembléias Gerais.

**5 - VIII CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA (CNP).** A conselheira Roseli Goffman mostrou a proposta para o VIII CNP, conforme apresentação em Power point anexo a esta ata. Disse que o primeiro passo em relação ao mote e a criação dos eixos que orientarão o VIII CNP foi verificar todos os motes e eixos dos CNPs passados a fim de saber o que já havia sido contemplado. Disse que após uma longa discussão no GT foi acordado a seguinte sugestão para o tema: "Psicologia e cidadania: mobilizar e incluir para garantir direitos (coletivos e subjetividades diversificadas)".

As conselheiras Roseli Goffman e Cynthia Ciarallo relataram como se chegou ao tema e explicaram os três eixos propostos:

1. Avançar na interatividade das informações e no caráter de promoção da cidadania da política de orientação, regulamentação e fiscalização visando aproximar os psicólogos do sistema Conselhos de Psicologia.
2. Ampliar a presença qualificada da Psicologia na sociedade e nos diversos espaços de controle social.
3. Capacitação do profissional: Aperfeiçoar a política de diálogo com a ciência e a formação de psicólogos para atender as exigências das transformações sociais demandadas pela sociedade.

O plenário debateu, opinou, fez considerações, consensuou e aprovou por unanimidade o seguinte mote e os seguintes eixos para o VIII CNP.

Tema aprovado: "Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos".

Eixos aprovados:

- 1 – Avançar nos processos de diálogo e interatividade com a categoria.
- 2 – Ampliar a presença qualificada e crítica da psicologia na sociedade e nas políticas públicas.
- 3 – Qualificação profissional: Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho dos (as) psicólogos (as).

O presidente Humberto lembrou que é necessário desenvolver as ementas e apresentar na APAF.

A conselheira Clara disse que é preciso compor a Comissão Organizadora Nacional (COMORG) para elaborar o regulamento para que na APAF de maio de 2012 ele seja aprovado. Informou que há possibilidade de o GT mudar a estrutura do CNP. É importante ressaltar que quem representará o CFP na COMORG poderá avançar até a plenária de maio de 2012 e levar uma proposta de reorganização do CNP, se for necessário. A proposta é fazer uma discussão ampliada, caso o CFP tenha uma forma melhor para o CNP.

A conselheira Roseli propôs mudança na resolução para garantir a democracia e a representação mais ampliada.

O presidente informou que o regimento será ponto de pauta na próxima plenária.

Foram acordados também os seguintes encaminhamentos:

- Pautar para a próxima plenária do CFP o regimento e a forma de funcionamento do CNP.
- Que o GT (Aluizio Brito, Cynthia Ciarallo, Roseli Goffman e com colaboração da Clara Goldman) elabore proposições de ementa (o que significa cada eixo) para esta semana, até quarta feira, 07/12/2011, enviar para os conselheiros e para que o CFP possa apresentar na próxima APAF.
- O conselheiro que quiser mandar contribuições para a ementa poderá enviar a [cotec@cfp.org.br](mailto:cotec@cfp.org.br), para avaliação dos conselheiros que compõem o GT.

## 6 – APAF DE DEZEMBRO DE 2012.

**6.1. PONTO FINANCEIRO – 6.1.1. CREPOP.** A conselheira tesoureira Monalisa Barros relatou que a proposta do CREPOP para a APAF é começar a discutir a incorporação das despesas dos técnicos por parte dos conselhos regionais, a partir de 2013, lembrando que isso não pode ser proposto para 2012, porque os CRPs já fizeram os planejamentos orçamentários para esse ano. Pensar em uma proposta de escala dividindo entre os CRPs muito grandes, grandes, pequenos e mínimos, de modo que o processo aconteça gradualmente para os conselhos pequenos.

**6.1.2. FUNDO DE SEÇÃO.** A conselheira Monalisa lembrou que o fundo de seções foi criado quando mais da metade dos conselhos regionais era seções e dentro de dois anos passa a ser somente sete. A proposta deste ponto para a APAF é que em 2013 o fundo de seções comece a reduzir até acabar.

**6.2. GRUPOS DE TRABALHOS A SEREM ENCERRADOS:** O presidente Humberto falou sobre o encerramento de cada GT.



- GT da lei 5766/71. O GT ficou sem objetivo, pois o projeto de lei 402/2011 que regulamenta o assunto já está tramitando dentro das devidas instâncias. Todo o trabalho do grupo foi realizado e cabe ao CFP acompanhar o projeto junto ao governo.

- GT Composição das Comissões Gestoras e à Estrutura das Seções e Subsedes (escritórios regionais/delegacias). O trabalho foi finalizado e apresentado na APAF de maio de 2008. É necessário encerrá-lo oficialmente.

- GT Escuta de Crianças e Adolescentes Envolvidos em Situação de Violência. O objetivo proposto para este GT de construir a resolução foi concluído. A conselheira Ângela Caniato considerou que é necessário manter a atenção na questão dos adolescentes envolvidos em situação de violência. O presidente Humberto Verona explicou que essa discussão tem acontecido no viés do depoimento sem dano. A conselheira Flávia Lemos informou que o tema depoimento sem dano foi inserido na pauta do CONANDA e que o CFP será chamado para outros debates. A questão do adolescente em conflito com a lei também é pauta do GT, a qual será dada um maior foco. O presidente consultou o plenário e foi decidido que não é preciso levar proposta de formação do GT da APAF para este assunto.

- GT Psicologia e Diversidade Sexual. Os trabalhos foram finalizados.

- GT Psicologia Jurídica. A tarefa foi realizada.

- GT A Exclusão da Psicologia nas Organizações – O Embate nos Recursos Humanos. Avaliar se o GT continua, haja vista que quando os CRPs informaram a situação dos psicólogos organizacionais em cada estado, se verificou que o cenário era diferente do que foi vislumbrado na Apaf. Uma nova proposta de trabalho será apresentada na Apaf de dezembro de 2011. Para este GT, a conselheira Marilda explicou que o Espírito Santo é o único local com grande número de exclusão da psicologia nas organizações e por isso é preciso uma ação localizada de orientação. Disse que é preciso que o assessor jurídico do CFP Fernando Nazaré esteja presente na discussão deste ponto na APAF a fim de sanar qualquer dúvida. Informou que a assessoria jurídica preparou argumentos jurídicos para defesa dos psicólogos, que serão encaminhados as COFs e que a nota técnica está sendo finalizada em conjunto com SBPOT. A proposta é que o GT seja encerrado. Sugeriu que o tema seja colocado no planejamento estratégico e verificar como retomar a discussão.

- GT COMORG VII CNP. A tarefa foi cumprida e o GT deverá ser encerrado para ser constituído outro GT para o VIII CNP.

- GT Credenciamento de Sites. O trabalho do GT foi concluído, mas é preciso avaliar se ele deve ser encerrado, pois seu trabalho ainda não foi avaliado em APAF. O conselheiro Aluizio disse que a tarefa está pronta, mas o GT propôs a realização de seminários regionais e nacional e se esta proposta for aprovada o GT deverá continuar para sistematizar todas as contribuições oriundas dos seminários regionais para a realização do seminário nacional.

- Foi decidido que o CFP buscará aprovar a minuta de resolução e que o GT continue trabalhando, na discussão de Psicoterapia online (podendo realizar evento online sobre isso, ou fazer evento dentro da Mostra). Assim, é possível a realização de eventos, mas sem a discussão da minuta da resolução, pois ela já está sendo discutida internamente no Sistema Conselhos de Psicologia. Se a minuta da resolução não foi enviada aos CRPs, reenviá-la segunda-feira, dia 05 de dezembro, dizendo que foi enviada nas APAFs anteriores.

- GT Cuidado das Pessoas que Usam Drogas e suas Interfaces com a Luta Antimanicomial. A APAF de maio de 2010 solicitou a reativação do GT, mas isso não foi feito. O presidente informou que este GT foi substituído pelo GT Álcool e outras drogas, criado na APAF de maio de 2011.

- GT Subcomissão Sistematização do Ano da Educação. A tarefa deste GT foi cumprida e deverá ser encerrado.

- GT Referências/Critérios para Criação de Novos CRPs. Humberto Verona relatou que este GT foi constituído na APAF de dezembro de 2009, mas que não começou a trabalhar. A conselheira Marilda propôs manter o GT e o conselheiro Aluizio considerou importante reestruturá-lo a fim de pensar, ampliar e detalhar os critérios para criação de novos CRPs. Houve discussão e o plenário avaliou que não há nenhum problema com a resolução atual, decidindo assim, pelo fim do GT. Foi delegado ao conselheiro Aluizio Brito consultar a resolução de criação de CRPs, se preparar para defendê-la na APAF e encerrar este GT.

- GT Lugar do Assistente Técnico na Perícia Psicológica. A tarefa foi cumprida.

- GT Exame Criminológico. O trabalho foi concluído.

- GT Acompanhar Projeto de Política de Comunicação do Sistema Conselhos Custeado pela Conta Divulgação. Este GT foi criado na APAF de

maio de 2010, mas não iniciou os trabalhos. O conselheiro Aluizio falou sobre a ideia de fazer um planejamento comum do Sistema Conselhos para a questão da política de comunicação interna. A conselheira Clara Goldman apontou para a impossibilidade de fazer esse planejamento e sugeriu fazer essa discussão por outras vias que não seja GT, como reuniões entre as assessorias de comunicação e um encontro nacional. Propôs ainda que a experiência deste plenário enquanto CFP possa ser ampliada e contribuir na construção do projeto de comunicação para os regionais e apoiar os regionais com dificuldades. A coordenadora geral do CFP Yvone Duarte lembrou da necessidade de padronizar a linguagem da psicologia e criar um manual de comunicação para o CFP e CRPs. A conselheira Clara sugeriu ainda encerrar o GT, discutir a política de comunicação no Planejamento Estratégico e construir na plenária de janeiro de 2012 do CFP uma proposta de criação de outro GT e apresentar na APAF de maio de 2012. Esta proposta foi acatada pelo plenário.

- GT Anuidades - Acompanhamento de Ações Judiciais. A lei de regulamentação de anuidade foi aprovada, assim não há necessidade de continuação do GT.
- GT Resolução sobre a Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional. A tarefa foi cumprida.

*ck*  
*ad*  
A conselheira Marilene Proença relatou sobre o seminário organizado conjuntamente pelo Instituto de Estudos Avançados da USP e pelo Instituto Silvia Lene, realizado no dia 02.12.2011 em São Paulo, com o objetivo de pensar em uma agenda estratégica para o futuro da psicologia. Disse que a proposta era fazer um encontro mais sistematizado de ideias, mas que se abrisse para outras possibilidades a serem realizadas, tanto encampando outras pessoas, quanto abrindo a discussão para a própria psicologia. O seminário foi organizado em 4 eixos: da ciência, da profissão, da formação e da política pública. Citou os convidados que participaram do seminário e que a discussão foi feita em subgrupos e apresentada por um relator no final dos trabalhos. Foi definido que o relator de cada grupo se organizará para, ainda este ano, passar para o grupo o texto e sistematizar a discussão dos 4 eixos. Comentou que foi uma iniciativa interessante e que a pretensão é que se criem encaminhamentos de continuidade para o próximo ano.

*y.*  
*TR*  
*M*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

O presidente Humberto Verona esclareceu que essa iniciativa e essa participação é uma oportunidade de debater com outros atores e ter outros interlocutores numa organização maior nessa articulação. Disse que haverá uma sequência desse trabalho e a diretoria do CFP avaliou que é interessante a participação do Conselho na construção da pauta sobre o futuro da psicologia, mas que essa participação daqui para frente deve ser precedida por uma discussão neste plenário. Informou que a conselheira Marilene Proença

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

será a representante do CFP nesse grupo e terá a tarefa de informar este plenário sobre o andamento das discussões para serem pautadas e incorporadas por este Conselho. Ressaltou que esses temas já fazem parte do planejamento estratégico do CFP e a proposta é aproximar de outros atores, obter contribuições para qualificar o debate do CFP e vice versa. Disse que outros grupos estão tendo a mesma iniciativa de tentar articular esse debate em outros campos.

O conselheiro Aluizio Brito sugeriu convidar uma pessoa desse grupo para apresentar no planejamento estratégico do CFP as grandes linhas e as grandes ideias para esse projeto.

**6.3 - DEFINIÇÃO DA DELEGAÇÃO DO CFP PARA APAF.** O presidente lembrou que o CFP pode ir para APAF com 3 delegados, 1 suplente e 1 observador, podendo ainda levar convidados para pontos específicos. Sugeriu a seguinte composição:

- Para delegados: 3 membros da diretoria.
- Suplente: 1 membro da diretoria.
- Observador: Aluizio Brito. Convidados: Ana Paula Noronha (para apresentar os pontos Ano Temático da Avaliação Psicológica e Escala Hare) e Heloísa Helena Mendonça Massanaro (para apresentar os pontos Direitos Humanos e Álcool e outras Drogas)

A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### 6.4 - GRUPO DE TRABALHO DA APAF EM ANDAMENTO.

**6.4.1 – GT - REVISÃO DO REGIMENTO ELEITORAL.** O conselheiro Aluizio Brito relatou que dentro do conjunto do regimento eleitoral o GT foi incumbido de realizar uma revisão do regimento eleitoral, que há duas eleições está desatualizado e estudar a viabilidade da eleição via internet. Neste sentido os CRPs foram orientados a apreciar o regimento atualizado e sugerir mudanças para melhorá-lo e manifestarem os posicionamentos a respeito da eleição via internet. Informou que de 18 CRPs consultados, 15 indicaram interesse em fazer eleição via internet e presencial. Informou que o GT realizou consultas em outros conselhos profissionais que fazem a eleição via internet (administração, nutrição, fonoaudiologia, fisioterapia, contabilidade), estudou as resoluções desses conselhos e preparou uma minuta de um manual de eleição via internet, caso seja apreciado e votado favoravelmente. Disse que o regimento está atualizado contemplando as sugestões das comissões eleitorais e foi criado um manual que disciplina toda a infraestrutura da eleição e outro manual de eleição via internet que serão colocados como anexo do regimento. Comentou que há possibilidades para a eleição via internet, porém o custo é alto, sendo necessários programas específicos. Disse que a grande discussão será em torno da questão da eleição via internet, que deverá ser deliberada

antes da discussão do regimento. Se a eleição via internet for aprovada será necessário alterar o regimento, incluindo esta modalidade de eleição. Explicou como funciona a eleição via internet e falou que houve mudanças significativas no regimento eleitoral. Apresentou um quadro em anexo com a sistematização de todas as alterações do regimento eleitoral, a qual foi incorporada todas as contribuições oriundas dos conselhos regionais, via Comissão Eleitoral.

O plenário avaliou a proposta de sistematização, houve discussão a respeito dos artigos 9, 16 e 17 e foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- Para o Artigo 9 o CFP defenderá os seguintes textos:

III - ter sido afastado por falta ou abandono **não justificado** no mandato de Conselheiro Regional ou Federal, resultante de eleição para membro Efetivo ou Suplente.

V - ser condenado, por decisão transitada em julgado, em Processo Disciplinar Funcional, regulamentado pela Resolução CFP Nº 006/2007, por irregularidades de natureza administrativa ou financeira, quando no exercício de mandato de Diretor, conselheiro efetivo ou suplente em exercício, de Conselho Regional ou Federal de Psicologia. **Esse impedimento se restringirá a dois pleitos desde que não comprometa lei maior.**

- Para os artigos 16 e 17 o CFP defenderá os seguintes textos:

Art. 16 – **No mês de novembro do ano anterior ao das eleições**, o CFP nomeará a Comissão Eleitoral Regular (CER) e, na hipótese de Consulta, a Comissão Eleitoral Especial (CEE).

Art. 17 - V – o planejamento de um Encontro, **no mês de fevereiro do ano da eleição**, com os Presidentes das Comissões Regionais Eleitorais (CREs), nomeados pelos Conselhos Regionais de Psicologia, para solução de dúvidas a respeito das normas e procedimentos comuns a todos;

- Caso a proposta acima seja aprovada, excluir o artigo 20º, pois este ficaria desnecessário.
- Incluir um artigo esclarecendo o que não pode ser feito nas propagandas (nada que fira os princípios éticos, que comprometa a paz, o patrimônio físico da autarquia, o patrimônio ambiental das cidades).

Após a definição da sistematização do regimento eleitoral, o plenário passou a discutir sobre a questão da eleição via internet. O presidente lembrou que essa proposta foi surgida na APAF de dezembro de 2010, levada pelo CRP 15 e a discussão na APAF de maio de 2011 encaminhou para a construção de um GT que cuidaria do assunto, já nesta plenária é necessário

rever a posição do CFP. Para a APAF de dezembro de 2011, Humberto Verona propôs que o CFP se posicione contrário a eleição via internet para a próxima eleição. Justificou que a eleição presencial tem sido um momento importante de encontro da categoria, o qual há possibilidades de debate, negociação e resolução de problemas. Opinou no sentido de que o CFP possa conduzir esta discussão da informatização do processo, não no sentido de caminhar para a eleição via internet, mas desenvolver um recurso de eleição eletrônica e garantir agilidade na apuração e confiabilidade da votação, mas mantendo a posição presencial. Falou que futuramente o CFP discutirá a possibilidade de ser uma eleição geral, para todo o Sistema Conselhos, por internet, mas que neste momento se faça uma etapa intermediária, que as votações sejam presenciais e de forma eletrônica.

O conselheiro Aluizio acrescentou o voto pelo correio. Aprovou a proposta e pediu que esta fosse colocada na pauta com histórico para ser levada à APAF. Reforçou que o argumento forte para a eleição via internet é a agilidade na apuração, ficando esta questão resolvida com a aprovação da proposta de eleição eletrônica.

A conselheira Roseli Goffman argumentou que enquanto não houver banda larga disponível em todo o Brasil, o CFP não deverá adotar a eleição via internet, pois desta forma poderá desenvolver uma condição de desigualdade entre as cidades que possuem esta tecnologia e as que não possuem. Falou sobre a possibilidade de usar o voto das conferências e sugeriu, no caso de haver insistência pela eleição via internet, oferecer a opção de voto em correio via internet, pois todas as agências de correio possuem internet. Esta proposta foi acolhida pelo plenário, como sendo uma estratégia para negociar nos lugares que não tenha eleição presencial.

A conselheira Monalisa Barros comentou que quando o Brasil tiver uma eleição online para presidentes, o Sistema Conselhos também a terá. Refletiu sobre a qualidade de uma eleição online e sobre o custo político e custo real para implantação desse sistema.

O conselheiro Aluizio relatou que muitos conselhos regionais apontaram para uma eleição por meio de papel e por internet, e considerou que o voto presencial eletrônico é uma proposta intermediária que resolve a questão. Comentou ainda que é um bom argumento dizer que a eleição presencial é programática, discute idéias, qualifica o voto.

Diante de todos os argumentos discutidos, o plenário acordou os seguintes encaminhamentos para apresentar na APAF de dezembro de 2011 sobre esta questão:

- O CFP se posicionará contrário a que a próxima eleição se dê via internet, defendendo eleição eletrônica presencial.
- Proporá a organização eletrônica das eleições presenciais.
- Proporá pensar no caminho da internet para o futuro, quando as eleições majoritárias também forem.

*af -*

**6.4.2 - CREDENCIAMENTO DE SITES.** O conselheiro Aluizio Brito explicou que é importante um posicionamento da APAF para a questão de credenciamento de sites porque o CFP está tendo gastos de tempo e de recursos em um trabalho que não cabe a ele executar. Lembrou que historicamente já foi papel do CFP; na época em que a resolução foi implantada foi necessário que este Conselho assumisse o programa. No momento, está superado, já existe um programa que funciona, sendo um trabalho de fiscalização. É necessário inverter a resolução, dando aos CRPs a tarefa de fiscalizar e apenas ao CFP a competência de avaliar o relatório oriundo dos CRPs e aprovar os sites. O GT aprovou fazer uma discussão nacional que culminaria em seminários regionais, os quais tirariam representantes para o seminário nacional. A proposta é que nos seminários regionais se discutam temas relacionados a psicologia e internet e também o texto da resolução, que será encaminhada ao GT para sistematizar e apresentar no seminário nacional. Disse que o seminário nacional terá uma parte teórica e outra de discussão sobre a sistematização das contribuições oriundas dos CRPs e esta será encaminhada para deliberação da APAF. Ressaltou que é um trabalho longo, mas que no momento se tornou quase desnecessário, pois o CRP 06 já realizou um bom evento de psicologia online e o CFP realizou o debate online com 2.100 pontos conectados, estando superado o período de discussão.

*AL*

A conselheira Marilda Castelar propôs fazer adaptação na resolução, cuja minuta está pronta desde maio de 2010, o que pode resolver o problema de credenciamento de sites. Já a questão da psicoterapia online, fica para uma reformulação posterior. Comentou que os outros serviços de psicologia já são uma realidade online e considerou necessário que o trabalho de fiscalização seja ampliado e que deva ser aprovada uma resolução intermediária.

A conselheira Roseli Goffman disse que há mais 100 sites para serem avaliados, reclamando do mau uso do trabalho do conselheiro, pois esta é uma tarefa que deveria ser realizada pelos CRPs.

O presidente Humberto Verona lembrou que foi criado um GT formado pelo CFP, CRPs 01,05,06,11 e 12. Este GT reuniu, discutiu e levou para APAF de maio de 2010 as seguintes propostas: apreciar a resolução na APAF de dezembro de 2010, o que não aconteceu e bem como não aconteceu na APAF de maio de 2011. O GT propôs também organizar um seminário com

profissionais das áreas de informática, direito e psicologia, reativar o GT que auxiliaria na organização do seminário e qualificar e aprofundar o debate no IV PSICOINFO. Destes encaminhamentos está pendente a apreciação da resolução e a realização do evento nacional.

O conselheiro Aluizio explicou que a proposta no momento é aprovar a resolução e permanecer o debate dos temas relacionados ao assunto, especialmente da psicoterapia online. Disse que a minuta da resolução não foi enviada aos CRPs, juntamente com os materiais de subsidio da APAF e pediu para reenviar, pois esta deve ser apreciada nesta Assembleia.

O conselheiro Henrique Rodrigues falou na possibilidade de se fazer o evento dentro do espaço da II Mostra.

O presidente Humberto falou que pode ser uma alternativa, mas a princípio a II Mostra já possui um conjunto de atividade bastante extenso, sendo difícil incluir mais uma.

O plenário concordou com a seguinte proposta:

- Apreciar a minuta da resolução na APAF de dezembro de 2011.
- Pensar na possibilidade de fazer um evento online em 2012, utilizando o sistema disponível do CFP, combinar para que os CRPs se organizem para transmitir o evento, convidem psicólogos interessados para o debate e em seguida enviem as contribuições deste debate para o CFP.

**6.4 REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA APAF.** O conselheiro Aluizio falou sobre o ponto, apresentando o posicionamento dos conselhos regionais para a questão da supressão do observador e inclusão do suplente conforme quadro anexo. Disse que é necessário um posicionamento do plenário do CFP.

A conselheira Clara Goldman ressaltou que com a supressão do observador e inclusão do suplente, os regionais com mais dinheiro e com uma base maior poderão exercer soberania sobre os menores. É necessário pensar em mecanismos que garantam equidade dentro da APAF. Lembrou que o princípio da suplência é entrar em cena na vacância do delegado por impedimento.

A conselheira Marilene Proença não considerou problema haver dois suplentes e que pela grande quantidade de pontos e variedades de temas, esta pessoa poderá ajudar a qualificar a discussão.



A conselheira Marilda Castelar considerou ser importante abordar a origem, a história da figura do observador e discutir qual a necessidade de ter observador.

O conselheiro Aluizio também falou na importância em construir argumentos para manter a estrutura como está atualmente. A categoria do observador é uma categoria de um aprendiz, não é uma categoria que comparece para intervir e fortalecer a delegação. Concordou que dar voz ao observador é transformá-lo em suplente favorece os Conselhos Regionais maiores. Ressaltou que a figura do observador é opcional, não havendo prejuízo para as delegações que não puderem trazer.

Humberto Verona ponderou que o observador não tem uma função na APAF, ele comparece apenas para observar, é uma figura opcional, não tendo um papel efetivo dentro do debate político da APAF. Caso ele vire suplente, deixará de ser opcional, sua presença passa a ser necessário e sua falta apresenta prejuízo para a delegação.

O plenário concordou e definiu o posicionamento para apresentar na APAF de dezembro de 2011:

- O CFP se posicionará contrário a possibilidade de transformar observador em suplente, com a justificativa de que o observador não tem papel efetivo dentro do debate político na APAF, é uma figura opcional. Se o observador se transformar em suplente, deixará de ser opção, prejudicando os CRPs menores.
- Defesa do equilíbrio das forças no debate político.

**6.6 - CASO EMDR – DESSENSIBILIZAÇÃO E REPROCESSAMENTO POR MEIO DOS MOVIMENTOS OCULARES.** O conselheiro Henrique Rodrigues informou que o posicionamento do CFP em relação ao caso EMDR foi considerado ambíguo pela comissão de ética do CRP 16. Leu o parecer que elaborou sobre a questão EMDR em anexo e afirmou que o CFP não apresenta uma posição ambígua, apesar desse parecer. Explicou que esse parecer foi anterior a resolução. Esta questão chegou ao CFP no início desta gestão e era necessário dar uma resposta com urgência. Disse que a existência desse parecer gerou algumas instruções no campo da psicoterapia e dessa discussão gerou-se a resolução. O conselheiro concordou com a resolução orientadora e afirmou que o único objetivo de resgatar esse parecer é levá-lo como material de subsidio para APAF, caso seja necessário mostrar a não ambigüidade do CFP frente a esse tema. Considerou esta discussão passada, uma vez que já foi criada a resolução. Disse ainda que não é papel do CFP determinar qual prática é ou não é complementar.

A conselheira Clara Goldman considerou que desta forma o CFP está chancelando a prática e questionou se é função do CFP chancelar práticas profissionais que ainda não estão regulamentadas. Opinou no sentido de que o CFP não deva se posicionar a esse respeito. Se a ambigüidade existe no campo, deverá ser solucionada pelo campo e não pela chancela do conselho.

O conselheiro Aluizio sugeriu conversar com a Andréa Nascimento, presidente do CRP 16, que solicitou o ponto, a fim de encerrar a questão. Se não for possível, discutir o assunto no Encontro das Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs). Fortalecer a discussão, mas não a definição feita pelo CFP. Considerou problemático pautar o tema na APAF.

O presidente Humberto falou sobre a justificativa do CRP 16 para a solicitação de inclusão do ponto na pauta da APAF, conforme documento anexo.

O plenário concordou com os seguintes encaminhamentos:

- Defender o ofício que o CFP enviou indicando que o CFP não chancela nenhuma prática.
- Caso seja necessário, encaminhar a discussão para o Encontro de COFs.
- O conselheiro Aluizio será o responsável em conversar com Andréa Nascimento sobre o assunto.

**6.7 – PSICOTERAPIA: UMA ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA DO PSICÓLOGO.** O conselheiro Aluizio falou sobre a justificativa do CRP 01 para a solicitação deste ponto de pauta, conforme se apresenta no parecer do psicólogo Jorge Ponciano, em anexo.

O presidente Humberto questionou se é possível usar como referência o relatório final do ano da psicoterapia.

O conselheiro Henrique esclareceu que quando houve o ano da psicoterapia o CFP sistematizou todas as questões e houve uma divisão clara do que é e do que não é exclusividade da psicoterapia, e com isso não foi tomada nenhuma posição. Ressaltou que esse relatório não é a priori a definição de um campo.

A conselheira Clara ponderou que esse documento é resultado de um trabalho público que não foi consensuado. Disse que o debate deve ser instalado, mas a definição da regulamentação da profissão é do CFP. Considerou que o CFP não deve trazer para um campo único algo que é compartilhado por várias profissões e que a APAF não deve desconsiderar o que foi discutido pela categoria durante o ano temático.

O plenário decidiu usar o documento final do Ano Temático da Psicoterapia, mesmo que nele não esteja definido que a Psicoterapia seja exclusiva da Psicologia.

O presidente Humberto Verona colocou em votação e foi aprovada a substituição da conselheira Clara Goldman pela conselheira Marilda Castelar no Conselho da Mulher.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 18h. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Humberto Cota Verona

Clara Goldman Ribemboim

Deise Maria do Nascimento

Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Aluizio Lopez de Brito

Ana Paula Porto Noronha

Ângela Maria Pires Caniato

Adriana Eiko Matsumoto

Cynthia Corrêa Ciarallo

Flávia Cristina Silveira Lemos

Henrique José Leal F. Rodrigues

Márcia Mansur Saadallah

Marilda Castelar

Marilene Proença Rebello de Souza

Roseli Goffman